



**Vistos Etc.,**

Trata-se de Recuperação Judicial proposta por LOTEADORA SAN RAFAEL LTDA. na qual, alegando a existência de crise econômica-financeira, requereu o deferimento do processamento da Recuperação Judicial e, por conseguinte, a nomeação de administrador judicial e a dispensa de apresentação de certidões negativas para exercício normal de suas atividades.

Aduziu a requerente como razões de seu pleito, em breve síntese: **(i)** que atua no ramo da construção civil, tendo iniciado suas atividades em 13 de julho de 1998; **(ii)** que “(...) *por imposições a Autora cresceu mais rápido do que poderia e deveria e, para se reafirmar no mercado, precisa ‘cortar na carne’, com o redimensionamento de seu custo operacional.*”; **(iii)** que a empresa é viável, necessitando tão somente de “*fôlego e o reescalonamento de dívidas*”; **(iv)** que o ativo imobilizado é superior aos débitos.

Na decisão de mov. 29.1 foi deferido processamento da recuperação judicial, sendo concedida, em parte, a tutela de urgência postulada, reconhecendo-se a essencialidade dos maquinários descritos na peça inaugural (mov. 1.1, p. 36) – “*Pavimentadora de Asfalto, Retroescavadeira Caterpillar, Rolo Compactador CS533E e Motoniveladora 140K*” –, pois eram essenciais para o desenvolvimento da atividade da empresa, garantindo, assim, a manutenção da posse dos mesmos durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º, do art. 6º, da LFRE.

Em petição acostado em mov. 54.1, formulou a recuperanda novo pedido de tutela provisória de urgência, reiterando os pedidos apreciados por este Juízo em decisão inicial. Sustentou, para tanto que, como de praxe no ramo de sua atividade, firmou contratos de alienação fiduciária com instituições financeiras, vinculando a estes, ativos circulantes. E, não obstante a essencialidade de tais bens dados em garantia à atividade da empresa, os credores fiduciários estavam promovendo a consolidação e a retirada destes da empresa, inviabilizando sua atividade, que é justamente a de empreender e comercializar imóveis, pugnando, assim, pela concessão do pedido urgente para que fossem obstados todos os atos expropriatórios decorrentes das alienações fiduciárias durante o *stay period*. Ainda em sede de tutela provisória de





urgência, reiterou o pedido de baixa das restrições em seu nome e de seus sócios dos órgãos de proteção ao crédito.

Os pleitos restaram indeferidos (mov. 86.1).

No mov. 62.1 foi expedido edital de intimação de credores e de terceiros interessados acerca do deferimento do processo da recuperação judicial, tendo este o prazo de 30 (trinta) dias.

No mov. 79.1 a empresa EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA apresentou Divergência ao Crédito em Processo de Recuperação Judicial, através do qual pugnou pela exclusão do crédito apontado na relação nominal de credores apresentada pela recuperanda, sustentado que por se tratar de credor fiduciário, seu crédito não se submeteria aos efeitos da recuperação judicial.

No mov. 80.1 a empresa em recuperação apresentou o plano de recuperação judicial.

Em decisão acostada em mov. 86.1 foi recebido o plano de recuperação apresentado pela recuperanda no mov. 80, na forma do parágrafo único, artigo 53, da LFRE, determinando-se a expedição de edital constando o prazo de 10 (dez) dias para a apresentação ao Juízo de impugnações à relação de credores e de 30 (trinta) dias para eventuais objeções ao plano, nos moldes do artigo 55, da Lei nº 11.101/2005.

No mov. 96.1 foi expedido edital da relação de credores e aviso sobre o recebimento do plano de recuperação judicial apresentado, com prazo de 10 dias para apresentação de impugnação à relação de credores e 30 dias para objeções ao plano.

Foi apresentada apenas uma objeção ao plano de recuperação pela Caixa Econômica Federal (mov. 103.1).

Na decisão de mov. 122.1 autorizou-se a realização de Assembleia Geral de Credores, na forma do art. 56, da Lei nº 11.101/2005, a instalar-se de forma presencial no Salão do Tribunal do Júri do Fórum da Comarca de Cianorte, nas datas de 22/05/2020, às 09:00 horas (primeira convocação) e 29/05/2020, às 09:00 horas (segunda convocação).





O senhor Administrador Judicial, em manifestação acostada em mov. 172.1, em virtude da pandemia provocada pelo novo coronavírus defendeu a inviabilidade de se realizar o ato assemblear de maneira presencial, contudo, pugnou por autorização para a realização do ato de forma integralmente virtual, propondo ***“que o ato assemblear seja redesignado para o dia 19/06/2020, às 14h00min em primeira convocação, e 26/06/2020, às 14h00min em segunda convocação, requerendo para tanto a autorização do Juízo para sua realização de forma integralmente VIRTUAL, utilizando-se a plataforma para reuniões virtuais Assembledx6.”***

Ato contínuo, determinou-se a intimação das partes habilitadas, inclusive do Ministério Público, para se manifestar sobre a possibilidade de reunião virtual.

O Ministério Público pronunciou-se em mov. 208.1, manifestando-se *“(…) pelo indeferimento do pedido de realização de reunião virtual, devendo aguardar a reabertura do Fórum, para posterior designação para a realização de Assembleia Geral de Credores; exceto no caso da parte autora apresentar aos autos justificativa plausível para a realização da Assembleia de forma virtual”*, pugnando, neste caso, por nova vista dos autos.

A CEF, em mov. 210.1, defendeu, igualmente, a necessidade de demonstração de urgência pela recuperanda a justificar a realização de reunião virtual.

A recuperanda, por sua vez, em mov. 212.1, apresentou razões que, sob sua ótica, demonstravam a urgência a autorizar a AGC virtual, justificando, sobretudo pelo fato de que estava impossibilitada de comercializar seu estoque enquanto estivesse inscrita nos órgãos de proteção ao crédito (mov. 212). Em razão da justificativa apresentada pela recuperanda, o Ministério Público se manifestou, concordando com a realização da AGC virtual.

Diante da excepcionalidade e urgência do caso, o Juízo autorizou a realização da Assembleia-Geral de Credores para votação do plano de recuperação por meio virtual (mov. 221.1).

A AGC foi realizada de forma virtual em primeira convocação no dia 25/08/2020, às 14:00h, conforme ata de mov. 261.2.

Após os autos vieram conclusos para apreciação.





*É o essencial a ser relatado. Decido.*

### **Dos Débitos Tributários da Recuperanda**

Na decisão de mov. 267.1 a recuperanda foi advertida que a homologação do plano de soerguimento aprovado em Assembleia, com o consequente deferimento da recuperação judicial, dependeria da apresentação das certidões negativas ou positivas com efeito de negativa dos débitos tributários, na forma dos artigos 57 e 58, da LFRE, fixando-se o prazo de 30 (trinta) dias contados da realização da AGC para o cumprimento da diligência.

A referida exigência foi cumprida pela recuperanda no mov. 268, com a apresentação de Certidões Negativas das Fazendas Municipal e Estadual e Certidão Positiva com Efeito de Negativa da Fazenda Nacional.

Diante disso e considerando a necessidade de homologação para início dos prazos previstos no plano aprovado em AGC, sobretudo dos referentes às obrigações trabalhistas, passo à sua análise.

### **Da Homologação do Plano de Recuperação**

Conforme a legislação de regência, será considerado aprovado o plano que obtiver, nas classes II e III, o voto favorável dos credores que representem mais da metade do valor total dos créditos presentes à assembleia e, cumulativamente, pela maioria simples dos credores presentes; já nas classes I e IV será considerado aprovado o plano que obtiver a maioria simples dos credores presentes, independentemente do valor de seu crédito (art. 45, §§ 1º e 2º, da LFRE).





A Assembleia será instalada, em primeira convocação, com a presença de credores titulares de mais da metade dos créditos de cada classe, computados pelo valor, e, em segunda convocação, com qualquer número (art. 37, caput e § 2º, da LFRE).

No caso dos autos, verifica-se que foi estabelecido quórum necessário para instalação da AGC em primeira convocação:

CLASSE I – TRABALHISTAS: Total de 01 (um) credor que estava presente, com créditos equivalente a 100,00% do total dos créditos da classe.

CLASSE II – CRÉDITOS COM GARANTIA REAL: De um total de 06 (seis) credores estiveram presentes 06 (seis), com equivalente 100,00% do total dos créditos da classe.

CLASSE III – CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS: Total de 01 (um) credor que estava presente, com créditos equivalente a 100,00% do total dos créditos da classe.

CLASSE IV – MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE: De um total de 02 (dois) credores estiveram presentes 02 (dois), com créditos equivalente a 100,00% do total dos créditos da classe.

Além disso, de acordo com as planilhas de votação (mov. 261.7), o plano teve aprovação em todas classes de credores:

CLASSE I – TRABALHISTAS: Total de 01 (um) credor que estava presente e em condições de votar, este votou pela aprovação do plano, o que representa o total de 100% dos créditos.





CLASSE II – CRÉDITOS COM GARANTIA REAL: De um total de 06 (seis) credores presentes e em condições de votar, 05 (cinco) votaram pela aprovação do plano, com equivalente 83,33% dos presentes e 61,72% do total dos créditos da classe.

CLASSE III – CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS: Total de 01 (um) credor que estava presente e em condições de votar, este votou pela aprovação do plano, o que representa o total de 100% dos créditos.

CLASSE IV – MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE: Total de 02 (dois) credores que estavam presentes e em condições de votar, ambos votaram pela aprovação do plano, o que representa o total de 100% dos créditos.

Observa-se, portanto, que o plano apresentado pela requerida foi aprovado na forma do art. 45, §§ 1º e 2º, da LFRE.

Assim, cumpridas as exigências legais (art. 58 da LFRE), **homologo o plano de recuperação judicial** apresentado pela recuperanda LOTEADORA SAN RAFAEL LTDA, com as ressalvas que serão indicadas adiante.

#### **Do Controle de Legalidade do Plano de Recuperação**

Segundo a jurisprudência do STJ, as decisões tomadas pela Assembleia Geral de credores, quando versarem sobre matéria de sua competência privativa, são soberanas, de modo que o Poder Judiciário somente deve imiscuir-se nas suas deliberações para o controle da legalidade formal ou material.





*“(...)1. No processo recuperacional, são soberanas as decisões da assembleia geral de credores sobre o conteúdo do plano de reestruturação e sobre as objeções/oposições suscitadas, cabendo ao magistrado apenas o controle de legalidade do ato jurídico, o que decorre, principalmente, do interesse público consubstanciado no princípio da preservação da empresa e consecutária manutenção das fontes de produção e de trabalho. (...)” (REsp 1587559/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/04/2017, DJe 22/05/2017)*

*RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CONTROLE DO MAGISTRADO SOBRE O PLANO DE SOERGUMENTO. APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE CREDITORES. VIABILIDADE ECONÔMICA. SOBERANIA DA AGC. LEGALIDADE. VERIFICAÇÃO PELO JUDICIÁRIO. REEXAME DE FATOS E PROVAS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INADMISSIBILIDADE. 1. Processamento da recuperação judicial deferido em 24/05/2013. Recurso especial interposto em 04/11/2014 e atribuído ao Gabinete em 25/08/2016. 2. A jurisprudência das duas Turmas de Direito Privado do STJ sedimentou que o juiz está autorizado a realizar o controle de legalidade do plano de recuperação judicial, sem adentrar no aspecto da sua viabilidade econômica, a qual constitui mérito da soberana vontade da assembleia geral de credores. 3. O reexame de fatos e provas e a interpretação de cláusulas contratuais em recurso especial são inadmissíveis. 4. Recurso especial não provido. (REsp 1660195/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 10/04/2017)*

Com efeito, cabe à assembleia-geral de credores a análise do conteúdo das objeções oferecidas pelos credores, bem como deliberar sobre a viabilidade do cumprimento do plano de recuperação apresentado, podendo aprová-lo sem ressalvas, aprová-lo com ressalvas ou rejeitá-lo.





Neste sentido:

*“(...)3. Tem-se que a objeção é analisada pela coletividade de credores, em AGC, os quais, discricionariamente, analisam a viabilidade do cumprimento do plano de Recuperação Judicial e, assim, votam pela sua aprovação ou rejeição.(...)” (TJPR - 18ª C.Cível - AI - 1456751-0 - Pato Branco - Rel.: Marcelo Gobbo Dalla Dea - Unânime - - J. 24.02.2016)*

Contudo, essa soberania das decisões tomadas pela AGC não impede que o juiz realize o controle de legalidade dos termos do plano de recuperação, sobretudo quando se tratar de questão de ordem pública, que viole a igualdade entre os credores ou que imponha um encargo demasiado à recuperanda ou aos seus credores. O que é vedado ao juiz da recuperação judicial é a averiguação da viabilidade econômica da empresa a pretexto de fazer o controle de legalidade do plano.

No entanto, no caso dos autos não se vislumbra a necessidade do controle judicial de nenhum dos pontos do plano de recuperação aprovado.

### **Das Consequência da Homologação do Plano de Recuperação**

#### **a) Da Extinção das Execuções Individuais**

De acordo com o art. 59 da Lei nº 11.101/2005 “o plano de recuperação judicial implica novação dos créditos anteriores ao pedido, e obriga o devedor e todos os credores a ele sujeitos, sem prejuízo das garantias”.

A Quarta Turma do STJ, no julgamento do REsp nº 1272697, fixou a tese de que “após a aprovação do plano de recuperação judicial pela assembleia de credores e a posterior homologação pelo juízo competente, deverão ser extintas – e não apenas







*suspensas – as execuções individuais até então propostas contra a recuperanda nas quais se busca a cobrança de créditos constantes do plano.”*

*DIREITO EMPRESARIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. APROVAÇÃO DO PLANO. NOVAÇÃO. EXECUÇÕES INDIVIDUAIS AJUIZADAS CONTRA A RECUPERANDA. EXTINÇÃO. 1. A novação resultante da concessão da recuperação judicial após aprovado o plano em assembleia é sui generis, e as execuções individuais ajuizadas contra a própria devedora devem ser extintas, e não apenas suspensas. 2. Isso porque, caso haja inadimplemento da obrigação assumida por ocasião da aprovação do plano, abrem-se três possibilidades: (a) se o inadimplemento ocorrer durante os 2 (dois) anos a que se refere o caput do art. 61 da Lei n. 11.101/2005, o juiz deve convolar a recuperação em falência; (b) se o descumprimento ocorrer depois de escoado o prazo de 2 (dois) anos, qualquer credor poderá pedir a execução específica assumida no plano de recuperação; ou (c) requerer a falência com base no art. 94 da Lei. 3. Com efeito, não há possibilidade de a execução individual de crédito constante no plano de recuperação - antes suspensa - prosseguir no juízo comum, mesmo que haja inadimplemento posterior, porquanto, nessa hipótese, se executa a obrigação específica constante no novo título judicial ou a falência é decretada, caso em que o credor, igualmente, deverá habilitar seu crédito no juízo universal. 4. Recurso especial provido. (REsp 1272697/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 02/06/2015, DJe 18/06/2015)*

Com efeito, após a homologação judicial do plano de recuperação aprovado em assembleia-geral de credores, as execuções individuais dos créditos inclusos no plano deverão ser extintas, ainda que ocorra o inadimplemento posterior do plano, pois, nesta hipótese, se executa o novo título formado pelo pronunciamento judicial ou é decretada a falência.





Esclareço, por oportuno e no que tange às execuções individuais, que os honorários advocatícios deverão observar o plano de recuperação judicial, acaso nele incluído, ou serem fixados pelo juiz da execução, em caso negativo.

As custas processuais, por sua vez, por força do princípio da causalidade, ficarão a cargo da recuperanda, já que o seu inadimplemento, ainda que atrelado a fatores externos de crise financeira, foi a causa do ingresso da ação executiva.

*AGRAVO DE INSTRUMENTO – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE – RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA DEVEDORA – APROVAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PLANO – NOVAÇÃO – EXTINÇÃO DAS EXECUÇÕES INDIVIDUAIS – a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial implica a extinção das execuções individuais contra a recuperanda – precedentes deste Tribunal e do STJ – crédito da agravada anterior ao pedido de recuperação, tendo ela constado da lista de credores – eventual divergência em relação a valores ou alegação de existência de outros créditos não contemplados no plano que devem ser objeto de impugnação no juízo da recuperação judicial – execução que deve ser extinta – despesas e honorários – princípio da causalidade – agravante que deu causa ao ajuizamento da execução – art. 85, § 10 do CPC/2015 – execução extinta por perda superveniente do interesse processual – custas e despesas a cargo da agravante, assim como os honorários advocatícios, ora fixados em 10% do valor atualizado da execução agravo provido, com observação no tocante aos encargos de sucumbência. (TJSP – AI nº 2202404-50.2016.8.26.0000. Órgão Julgador: 12ª Câmara de Direito Privado. Relator: Castro Figliolia. Data do Julgamento: 31/08/2017)*

**b) Dos Créditos Habilitados Após a Homologação do Quadro de Credores**

O procedimento de habilitação de crédito na falência/recuperação é considerado pela doutrina e jurisprudência como incidente processual no bojo do





processo falimentar/recuperacional, instaurando-se o contraditório com a manifestação do administrador judicial, conforme conclusão extraída do disposto no artigo 7º, § 1º, da Lei nº 11.101/2005.

Segundo o aludido dispositivo, a habilitação de crédito realizada após o prazo de 15 (quinze) dias será considerada retardatária e deverá ser feita na forma de impugnação, conforme estabelece o art. 10, § 5º, LFRE, tendo algumas consequências, como, por exemplo, a perda do direito a voto e ao rateio de eventuais sobras na sua classe.

Após a homologação do quadro-geral de credores, aqueles que não habilitaram seu crédito poderão, observado, no que couber, o procedimento comum previsto no Código de Processo Civil, requerer ao juízo da recuperação judicial a retificação do quadro-geral para inclusão do respectivo crédito (art. 10, § 6º, da LFRE).

Neste sentido também a jurisprudência:

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. IMPUGNAÇÃO DE CRÉDITO HABILITADO. CRÉDITO QUIROGRAFÁRIO. POSSIBILIDADE DE RETIFICAÇÃO DO QUADRO GERAL DE CREDITORES MESMO APÓS A APROVAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ACÓRDÃO QUE ACOLHEU EM PARTE AS ALEGAÇÕES DO AGRAVANTE, DETERMINANDO A REMESSA DOS AUTOS AO CONTADOR DO JUÍZO PARA ELABORAÇÃO DE CÁLCULOS. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. ART. 535, CPC. INOCORRÊNCIA. EMBARGOS REJEITADOS. Se o crédito estava vencido é legítima a incidência dos encargos decorrentes da mora, computados até a data do ajuizamento do pedido de recuperação judicial, para inclusão ou retificação do quadro geral de credores. (TJPR - 17ª C.Cível - EDC - 1403899-8/01 - Campo Mourão - Rel.: Lauri Caetano da Silva - Unânime - J. 09.12.2015)*

O referido procedimento, contudo, não se aplica aos credores trabalhistas, haja vista que, conforme dispõe o § 2º, do art. 6º, da LFRE “é permitido pleitear, perante o





*administrador judicial, habilitação, exclusão ou modificação de créditos derivados da relação de trabalho(...)", o que significa que o crédito decorrente da legislação do trabalho pode ser habilitado a qualquer momento, desde que feito por meio de ação autônoma pelo rito comum e antes do encerramento do processo de soerguimento.*

Neste sentido:

*RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. HABILITAÇÃO RETARDATÁRIA DE CRÉDITO TRABALHISTA. TERMO FINAL DE APRESENTAÇÃO. SENTENÇA DE ENCERRAMENTO DO PROCESSO DE SOERGUIMENTO. 1. Ação ajuizada em 31/8/2016. Recurso especial interposto em 26/2/2019. Autos conclusos à Relatora em 25/9/2019. 2. O propósito recursal é estabelecer o prazo final para habilitação retardatária de crédito na recuperação judicial. 3. **Uma vez homologado o quadro-geral de credores (como ocorrido no particular), a única via para o credor pleitear a habilitação de seu crédito é a judicial, mediante a propositura de ação autônoma que tramitará pelo rito ordinário e que deve ser ajuizada até a prolação da decisão de encerramento do processo recuperacional.** 4. Na espécie, o acórdão recorrido foi expresso ao reconhecer que o pedido de habilitação foi formulado quando a recuperação judicial já havia se findado, de modo que não há razão apta a ensejar o acolhimento da pretensão do recorrente, que deve se utilizar das vias executivas ordinárias para buscar a satisfação de seu crédito. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO. (REsp 1840166/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/12/2019, DJe 13/12/2019)*

Ressalta-se que segundo o entendimento do STJ, *"a consolidação do crédito trabalhista (ainda que inexigível e ilíquido) não depende de provimento judicial que o declare — e muito menos do transcurso de seu trânsito em julgado —, para efeito de sua sujeição aos efeitos da recuperação judicial."* Isso significa que o crédito oriundo de trabalho realizado em momento anterior ao pedido de recuperação pode e deve ser habilitado, fazendo parte do quadro-geral de credores.





*PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO. MOMENTO EM QUE SE CONSIDERA EXISTENTE O CRÉDITO TRABALHISTA. EXEGESE ART. 49 DA LRF. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. 1. Ação de habilitação de crédito da qual foi extraído o recurso especial, interposto em 09/06/2016 e concluso ao gabinete em 14/12/2016. Julgamento: CPC/15. 2. O propósito recursal é decidir em que momento se considera existente o crédito trabalhista para efeitos de sua habilitação em processo de recuperação judicial (art. 49, da Lei 11.101/05). 3. Considera-se existente o crédito no momento da prestação do serviço do trabalhador, independente do trânsito em julgado da reclamação trabalhista, que apenas o declara em título executivo judicial. Precedente Terceira Turma. 4. Recurso especial provido. (REsp 1686168/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/09/2017, DJe 15/09/2017)*

*c) Da Baixa da Inscrição dos Órgãos de Restrição de Crédito e Protestos*

Conforme bem esclarecido na decisão de mov. 29.1, o mero deferimento do processamento da recuperação não tem o condão de suspender os registros negativos, em razão do inadimplemento das obrigações assumidas.

Isso porque, as baixas somente poderão ocorrer após a novação dos créditos objeto de recuperação, a qual, segundo o artigo 59, da LFRE, somente ocorre com a aprovação do plano de recuperação, quando ocorre a novação dos créditos.

Neste sentido é o teor do Enunciado 54 da Jornada de Direito Comercial da CJF:

*“O deferimento do processamento da recuperação judicial não enseja o cancelamento da negativação do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito e nos tabelionatos de protestos.”*





Assim, diante da aprovação e homologação do plano de recuperação, deverá ocorrer a baixa dos protestos e inscrições do nome da recuperanda nos cadastros de inadimplentes (SPC/SERASA), relativamente aos créditos abrangidos pelo plano de recuperação, nos termos da jurisprudência do STJ:

*RECUPERAÇÃO JUDICIAL. HOMOLOGAÇÃO. DÍVIDAS COMPREENDIDAS NO PLANO. NOVAÇÃO. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. PROTESTOS. BAIXA, SOB CONDIÇÃO RESOLUTIVA. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PREVISTAS NO PLANO DE RECUPERAÇÃO. 1. Diferentemente do regime existente sob a vigência do DL nº 7.661/45, cujo art. 148 previa expressamente que a concordata não produzia novação, a primeira parte do art. 59 da Lei nº 11.101/05 estabelece que o plano de recuperação judicial implica novação dos créditos anteriores ao pedido. 2. A novação induz a extinção da relação jurídica anterior, substituída por uma nova, não sendo mais possível falar em inadimplência do devedor com base na dívida extinta. 3. Todavia, a novação operada pelo plano de recuperação fica sujeita a uma condição resolutiva, na medida em que o art. 61 da Lei nº 11.101/05 dispõe que o descumprimento de qualquer obrigação prevista no plano acarretará a convolação da recuperação em falência, com o que os credores terão reconstituídos seus direitos e garantias nas condições originalmente contratadas, deduzidos os valores eventualmente pagos e ressalvados os atos validamente praticados no âmbito da recuperação judicial. 4. Diante disso, uma vez homologado o plano de recuperação judicial, os órgãos competentes devem ser oficiados a providenciar a baixa dos protestos e a retirada, dos cadastros de inadimplentes, do nome da recuperanda e dos seus sócios, por débitos sujeitos ao referido plano, com a ressalva expressa de que essa providência será adotada sob a condição resolutiva de a devedora cumprir todas as obrigações previstas no acordo de recuperação.*





5. *Recurso especial provido.* (STJ, REsp 1.260.301/DF, Min. Nancy Andrighi, 21.08.2012).

Contudo, entendo que a efetiva baixa dos protestos não deverá ser realizada por meio de expedição de ofícios pela Secretaria do Juízo, mas sim de apresentação de cópia dessa decisão pela recuperanda nos Cartórios de Protestos.

Justifico a medida pelo fato da dificuldade em se saber quais os débitos da recuperanda inscrito no quadro-geral de credores estão protestados, sendo mais eficiente que a própria devedora execute essa diligência, listando os títulos cujo protesto deverá ser cancelado pela novação gerada pela homologação do plano de recuperação judicial.

**Cópia dessa decisão valerá como ofício, bastando que a recuperanda apresente ao Tabelião comprovação de que o débito protestado foi incluído no plano (mediante documentação extraída do sistema PROJUDI, com confirmação de autenticidade digital) e recolha os emolumentos devidos, na forma do art. 26, § 3º, da Lei de Protesto.**

Essa mesma sistemática aplica-se aos cadastros negativos no SPC/SERASA.

Desnecessária e contraproducente, portanto, a expedição de ofícios individuais.

### **Dispositivo**

Mediante todo exposto, cumpridas as exigências legais, **HOMOLOGO** o **plano de recuperação judicial** aprovado em Assembleia-Geral de Credores, e **CONCEDO** a recuperação judicial à LOTEADORA SAN RAFAEL LTDA., nos termos do art. 58 da LFRE.







No mais, considerando não ter havido impugnações, **homologo** o quadro-geral de credores apresentado pelo administrador judicial, nos termos do art. 14 da LFRE.

**Advirto** que em que pese a homologação do quadro de credores, o administrador judicial, qualquer credor ou o representante do Ministério Público poderá, até o encerramento da recuperação judicial, observado, no que couber, o procedimento comum previsto no Código de Processo Civil, pedir a exclusão, outra classificação ou a retificação de qualquer crédito, nos casos de descoberta de falsidade, dolo, simulação, fraude, erro essencial ou, ainda, documentos ignorados na época do julgamento do crédito ou da inclusão no quadro-geral de credores (art. 19 da LFRE).

Intimem-se. Diligências necessárias.

Cianorte-Pr, 26 de janeiro de 2021.

**Sâmya Yabusame Terruel Zarpellon**

**Juíza de Direito**

